

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.453 - SP (2019/0303334-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : FLAVIO FARINACCI PAIVA DE FREITAS E OUTRO
ADVOGADOS : FLAVIO FARINACCI PAIVA DE FREITAS - SP358022
MARLENE MARIA DE OLIVEIRA LUCHETTI - SP379699
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RUDSON MARCEL TONINI
PACIENTE : SANDRA LUIZ MAGALHAES MIRANDA
PACIENTE : LEANDRO PEREIRA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RUDSON MARCEL TONINI, SANDRA LUIZ MAGALHAES MIRANDA e LEANDRO PEREIRA DA SILVA, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2220834-45.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que LEANDRO foi denunciado como incurso no artigo 1º, inciso I, alínea "a", da Lei 9.455/1997, ao passo que à RUDSON e SANDRA foi imputada a prática do delito previsto no artigo 1º, §§ 2º e 4º, inciso I, da Lei 9.455/1997.

Em resposta à acusação, a defesa alegou que os fatos em apreço já teriam sido objeto de apuração, sobrevivendo decisão que extinguiu a punibilidade de LEANDRO pelo cumprimento de transação penal.

O Ministério Público manifestou-se pela absolvição sumária de todos os acusados, tendo o magistrado singular rejeitado a exordial quanto a LEANDRO e ratificado o recebimento da incoativa no tocante aos demais réus.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido.

Sustentam os impetrantes que o Juízo de origem não teria competência para rescindir a decisão proferida no Juizado Especial que extinguiu a punibilidade de LEANDRO pelos mesmos fatos denunciados no presente feito.

Alegam que o oferecimento de denúncia nesta ação penal configuraria indevido *bis in idem*.

Requerem, liminarmente, a suspensão da audiência designada para o dia 8.10.2019, e, no mérito, pugnam pela concessão da ordem para que o processo em tela seja trancado.

É o relatório.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se "*no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada*" (AgRg no HC 515.197/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019).

E, da análise da documentação acostada, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, estando

Superior Tribunal de Justiça

fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, a autoridade impetrada consignou que *"a medida liminar em habeas corpus, que inexiste legalmente só vem sendo admitida quando se motivar na manifesta ilegalidade do ato ou no abuso de poder da autoridade, detectáveis de plano por intermédio do exame sumário da inicial e dos papéis que a instruem, o que, sopesados os elementos aqui trazidos a conhecer, não constituem circunstâncias nitidamente palpáveis"* (e-STJ fl. 439).

Ponderou que, *"a despeito dos respeitáveis argumentos expendidos na impetração, as circunstâncias de fato e de direito retratadas preliminarmente não autorizam a concessão da liminar, pois não se vislumbra o fumus boni iuris ensejador da medida ora alvitada, porquanto o reconhecimento da ausência de justa causa para o ajuizamento de ações penais, mediante habeas corpus, só tem lugar em hipóteses excepcionais, quando desponta inequívoca, podendo ser constatada de pronto, independentemente do exame aprofundado de fatos e provas, o que não é a hipótese em testilha"* (e-STJ fl. 439).

Afirmou que, *"observada a regra ínsita no artigo 563, do Código de Processo Penal, inviável cogitar, em sede liminar, do reconhecimento de nulidade de atos processuais, em razão da imprescindibilidade de demonstração do efetivo prejuízo supostamente sofrido pela parte, em face de eventual preterição de forma legal, o que, no caso concreto, não se vislumbra irrefutável"* (e-STJ fl. 439).

Tal entendimento se encontra em consonância com a jurisprudência deste Sodalício, que já decidiu que *"deve ser mantida, por seus próprios fundamentos, a decisão monocrática em que se indefere medida liminar em habeas corpus, no qual se pretende o reconhecimento de nulidade alegada e a suspensão do julgamento dos embargos infringentes no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, uma vez que o pedido liminar se mostra incompatível com o juízo antecipado e superficial, além de do pleito se confundir com o mérito da impetração"* (AgRg no HC 420.561/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator